



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete
Comissão Técnica

Relatório SEI-GDF n.º 2/2020 - SEMOB/GAB/CTVLT

Brasília-DF, 28 de outubro de 2020

COMISSÃO TÉCNICA VLT W3**RELATÓRIO 04/2020****CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS NOS PROJETOS, LEVANTAMENTOS, INVESTIGAÇÕES E ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS – VLT NA VIA W3****OUTUBRO/2020****HISTÓRICO**

Em 23 de setembro de 2019 foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal o Edital de Avaliação e Seleção referente ao Procedimentos de Manifestação de Interesse Nº 01/2019, que torna público o resultado da seleção de projetos, levantamentos, investigações e estudos para implantação de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT na via W3.

Conforme o item 2 do referido Edital, o estudo apresentado pelo Grupo **BF CAPITAL ASSESSORIA EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS LTDA. / SERVENG/CIVILSAN S/A EMPRESAS ASSOCIADAS DE ENGENHARIA / TRANS SISTEMAS DE TRANSPORTES LTDA. / VIAÇÃO PIRACICABANA S/A** foi considerado apto a ser utilizado nas etapas subsequentes do processo de estruturação do empreendimento. Para simplificar os registros, doravante referido Grupo será denominado “Autorizada” no âmbito do presente PMI.

Em 26 de setembro de 2019 foi concluído e enviado à Autorizada o Relatório 2 da Comissão Técnica, que trata dos esclarecimentos necessários à continuidade da modelagem técnica, econômica e jurídica.

Em 11 de março de 2020 esta Comissão Técnica emitiu o Relatório 3, no qual foram avaliados os esclarecimentos prestados e ajustes efetuados pelo grupo autorizado, concluindo-se pela possibilidade de abertura de processo de Consulta e Audiência Públicas, de forma a tornar a discussão mais ampla com a participação da sociedade e de potenciais interessados no processo.

Em 12 de março de 2020 foi publicado o Aviso de Consulta e Audiência Públicas, dando início ao processo de participação social, que se entendeu até 20 de maio de 2020, quando foi encerrado o prazo para envio das contribuições.

A análise das contribuições recebidas e a elaboração das respectivas respostas e decisões coube a Assessoria Especial de Parcerias - AESP, que consolidou no Relatório de Consulta e Audiências Públicas (SEI 49637744) todas as informações sobre o processo de participação social, no qual foram recebidas um total de 611 contribuições.

Em seguida foram realizados também pela AESP com o apoio do grupo autorizado no âmbito da respectiva PMI, os ajustes nos documentos que foram objeto da Consulta e Audiência Públicas (estudos de viabilidade, minutas de edital, contrato e anexo), com a incorporação nesses documentos das contribuições que foram acatadas.

Cabe a esta Comissão verificar a conformidade dos documentos ajustados com o Relatório de Consulta e Audiência Públicas elaborado pela AESP e emitir posicionamento em relação à continuidade do processo de estruturação do empreendimento.

AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE

O Anexo 1 resume as contribuições recebidas, classificando-as conforme o posicionamento adotado consubstanciado nas respectivas respostas.

Destaca-se a quantidade de contribuições (25% do total) relacionadas às especificações técnicas contantes dos anexos do contrato. Houve inúmeras solicitações para alteração dessas especificações, bem como dúvidas se estas seriam vinculantes ou não.

Optou-se por dar um tratamento genérico a essas questões que contemplou uma revisão geral dos anexos da minuta de contrato, incorporando no texto esclarecimentos relacionados aos itens que seriam vinculantes e aqueles que seriam apenas referenciais.

Ainda relacionado a essa questão foram incorporados como novos anexos a concepção arquitetônica das estações e o projeto geométrico, pois entendeu-se que tais aspectos seriam vinculantes e, pelo fato de constarem apenas no conjunto de estudo apresentados não poderiam vincular o procedimento licitatório.

Por outro lado, o Anexo I - PIP foi excluído, tendo em vista que tal anexo seria uma tentativa de estabelecer as diretrizes vinculantes, mas com a revisão de cada um dos anexos o problema foi simplificado.

Além da questão de vinculação das especificações técnicas, verifica-se, pela análise do Relatório de Consulta e Audiência Públicas, que um total de outras 80 contribuições resultaram em ajustes incorporados aos estudos. A maior parte deles sendo ajustes de redação nas minutas de edital contrato e anexos.

Quanto ao CAPEX do projeto, os valores não foram questionados, sendo mantido os valores que resultaram da última revisão efetuada por esta Comissão, detalhados no Relatório 2.

O Anexo 2 resume os ajustes realizados nos documentos em função das respostas e decisões tomadas face as contribuições recebidas no processo de participação social.

O Anexo 3 resume o tratamento dado aos anexos para deixar claro quais especificações técnicas e diretrizes são consideradas como vinculantes ao processo licitatório.

Como conclusão, esta Comissão considera que a nova versão de documentos ajustados está em conformidade com o Relatório de Consulta e Audiências Públicas elaborado pela AESP.

POSICIONAMENTO DA COMISSÃO TÉCNICA

Tendo em vista que na continuidade da estruturação do projeto de prevê-se ainda que o projeto do VLT poderá ainda ser ajustado e aprimorado em função dos seguintes procedimentos:

- **Análise do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF** - após a aprovação deste Relatório, a nova versão ajustada dos estudos de viabilidade e das minutas de edital, contrato e anexos será submetida ao controle e fiscalização de procedimentos de licitação, contratação e execução de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões Comuns nos termos da Resolução TCDF Nº 290 de 14 de abril de 2016.
- **Análise da Controladoria-Geral do Distrito Federal** - no termos do Informativo da Ação de Controle Nº 04/2020 - DIAPC/COATP/SUCI/CGDF, registrado no processo SEI-GDF 00480.00001284/2020-30, da Nota Técnica que será produzida e de futuras auditorias que venham a ser realizada pelo órgão de controle.
- **Avaliação de aspectos ambientais e urbanísticos do projeto** - embora a aprovação definitiva se dê com base nos projetos executivos que são desenvolvidos após a contratação do empreendimento, a SEMOB já está discutindo preliminarmente esses aspectos com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM, com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Tais discussões estão registradas nos processos SEI-GDF 00090.00011124/2019-11, 00090.00009855/2020-22 e 00090.00010683/2020-30.
- **Aprimoramentos pela própria Comissão Técnica** para estruturar o projeto final, nos termos do art. 26 do Decreto 39.613, de 3 de janeiro de 2019.

Considerando que o tratamento dado no sentido de se flexibilizar a vinculação das especificações técnicas é benéfico para o ambiente concorrencial e tende a aumentar o número de potenciais interessados no empreendimento; e

Considerando que os demais ajustes no âmbito do processo de consulta e audiência públicas vieram no sentido de aprimorar o projeto;

Esta Comissão Técnica se posiciona favoravelmente à disponibilização da versão ajustada dos estudos no site da SEMOB e ao encaminhamento destes para análise do Tribunal de Contas do Distrito Federal visando o cumprimento de novas etapas no processo de estruturação do empreendimento.

Esta Comissão Técnica considera ainda importante que sejam priorizadas ações no sentido de solucionar os seguintes gargalos do projeto:

- Tramitação das medidas legislativas propostas nos estudos.
- Avaliação dos questionamentos realizados pela Controladoria-Geral do Distrito Federal.
- Obtenção de definições junto a SEDUH, IPHAN e IBRAM.
- Equacionamento de questões relacionadas aos recursos público necessários para viabilização do empreendimento.

Henrique Oliveira Mendes
(Coordenador da Comissão Técnica)

Antonio M. Espósito Neto

Bruna Pinheiro de Melo

Fernando Jorge Rodrigues

Januário Élcio Lourenço

José Soares Paiva

Ricardo Timóteo Antunes

ANEXO 1 - CLASSIFICAÇÃO DO POSICIONAMENTO ADOTADO EM RELAÇÃO ÀS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

DECISÃO (CÓDIGO)	NÚMERO DE CONTRIBUIÇÕES	% EM RELAÇÃO AO TOTAL (611)	ALTERAÇÃO NOS DOCUMENTOS
ES - Esclarecimento relacionados a dúvidas ou sugestões dos interessados)	191	31%	NÃO
EM - Entendimento mantido (sugestão não acatada)	168	28%	NÃO
AJ - Ajustes (sugestão acatada ou acatada parcialmente)	80	13%	SIM
VE - Vinculação das especificações técnicas (flexibilização dos anexos)	153	25%	SIM
OU - Outra (contribuição fora do escopo ou a ser considerada em outras ações)	19	3%	NÃO

ANEXO 2 - RESUMO DOS AJUSTES REALIZADOS NOS DOCUMENTOS QUE FORAM OBJETO DA CONSULTA E AUDIÊNCIA PÚBLICAS

RESPOSTA*	DOCUMENTO	ITEM	RESUMO DO AJUSTE
1	contrato	8.1 8.2 8.3	Ajustada a redação para ficar mais claro os prazos
4	contrato	27.3.4	Prazos 27.2.17 e 27.2.18 considerados de forma cumulativa
6	contrato	36.4	Prazo contado antes da data
7	contrato	36.5	Inclusão da CERTIFICADORA em apoio ao PODER CONCEDENTE)
13	anexo xiv	vários	Incluídas definições
14	anexo xvii	intervalo m	anexo ajustado
26	contrato	15.2	Recursos custeados pelo PODER CONCEDENTE, e não de responsabilidade de
27	contrato	15.2.1.1.f	Correção da numeração do item
32	contrato	20.8	Definição do Quadro de Indicadores em comum acordo entre as partes
40	contrato	27.2.17	Prazos 27.2.17 e 27.2.18 considerados de forma cumulativa
41	contrato	27.2.18	Prazos 27.2.17 e 27.2.18 considerados de forma cumulativa
45	contrato	28.3.1	Retirada da palavra "substancial"
46	contrato	28.3.5	Inclusão de aumento de encargos setoriais setoriais
56	contrato	45.2.3	Inclusão dos custos associados à rupturas dos contratos financeiros
57	contrato	46.6	Inclusão dos custos associados à rupturas dos contratos financeiros
58	edital	14.5	Alterado 14.5.3 para 14.5.2.3
61	edital	15.4.1	Corrigido para trinta e dois por cento
62	edital	15.9	Alterado o prazo para 180 dias
63	edital	18.3	Alterada a redação
66	edital	5.2.iii	Incluído apostilamento conforme Convenção de Haia
67	edital	10.10	Incluído apostilamento conforme Convenção de Haia
68	edital	10.10.1	Alteradas as exigências
104	pip	1.11.1	Excluído PIP
114	pip	9.1.13	Excluído PIP
136	edital	5.2.iii	Redação corrigida
137	edital	5.2.iii	Compatibilizada com Decreto
139	edital	5.8.1.3	Retirada a exigência de AS
141	edital	10.2	Retirado Plano de Negócios
142	edital	10.10	Compatibilizado com Decreto
145	edital	14.2.1.1	Incluído sociedades civis
146	edital	14.3.1.3	Corrigida a forma de comprovação de regularidade fiscal
149	edital	13.4.2.1	Corrigida a numeração
150	edital	14.4.2.1	Esclarecimento em relação aos demonstrativos contábeis
151	edital	14.4.2.1.2	Retirada a exigência de Auditores Independentes
159	edital	14.5.5	Retirada a exigência de transferência de experiência
161	edital	14.5.11	Compatibilizado com a Lei 13..726
166	edital	21.2.2	Retirada a forma de sociedade anônima
179	contrato	27.2.18	Prazos 27.2.17 e 27.2.18 considerados de forma cumulativa
180	contrato	28.4.3	Exclusão da cláusula
181	contrato	29.13	Exclusão da cláusula
184	contrato	42.18	Apenas no caso de cisão, fusão, transformação e incorporação
244	edital	16.11.1	Corrigido critério de desempate
257	anexo viii	2.2.3	Indicado TAN
326	caderno 11	vários	Retirado sistema de ônibus complementar
359	contrato	21	Adicionado item 21.1.15
377	pip	incompatibilidade com outro anexo	Excluído PIP
386	caderno 7	5.4	Ajustada definição de manutenção preditiva
387	contrato	15.1	Corrigidos os valores
391	caderno 9	6.1.1	Ajuste da norma
432	edital	4.3.2	Excluído o item
433	edital	14.5.2	vedado o somatório de atestado para um mesmo item
436	edital	14.5.2.5	Retirada a exigência de fabricação
437	edital	14.8.3	Retirada a exigência
440	edital	impugnação	Acrescentado na cláusula 19
443	contrato	6.1.1.2 7.5.1 7.6.1 7.9.2.1 22.1.18	Prazo de 45 dias (22.1.18) e não manifestação entendida como não objeção
445	contrato	7.1.9 27.1.3	risco de demanda a partir do seccionamento das linhas de ônibus

451	anexo xvii	compatibilidade com 12.3.2 contrato	Compatibilizado
454	contrato	15.1 15.6	Corrigidos os valores
455	contrato	15.3 15.5	Recursos custeados pelo PODER CONCEDENTE, e não de responsabilidade de
456	contrato	17.2 17.3	Ajustada definição da variação de energia elétrica
460	contrato	20.1	Corrigido o marco temporal para avaliação de desempenho
461	contrato	20.3	Corrigida e referência do Anexo e retirada a referência às multas
463	contrato	20.9	Exclusão do item
465	contrato	21.1.15	Ajustada a numeração
469	contrato	27.1.47	Excetuados passivos cujo fato gerador é anterior ao início da concessão
473	contrato	22.2	Alterado para somente assuntos sensíveis e restritos
476	contrato	27.2.10	Exclusão da cláusula
478	contrato	27.2.18	Alterado o marco de início do risco
482	contrato	30.10	Ajustada a redação
483	contrato	30.21.1	Excluída remuneração contingente
485	edital	Definições	Incluída Garantia do Poder Concedente
489	contrato	39.2	Exclusão do item
490	contrato	50.1	Possibilidade de constituir Comissão Técnica para qualquer divergência
493	contrato	inclusão	Inclusão de cláusula de integridade e anticorrupção
496	anexo xvi	cap 4	apresentada a demanda para todo período
501	contrato	21.1.10	Prazo acordado entre as partes
526	contrato	21.1.18	Prazo reduzido para 45 dias
529	anexo xx	11.4 11.5 11.6	Anexo identificado como referencial
552	caderno 11	vários	Retirado sistema de ônibus complementar
559	anexo xvi	Capítulo 4	Acrescido quadro com demanda ano a ano
Decisão SEMOB	edital	vários	Retirada do Plano de Negócio
Decisão SEMOB	edital	14.5.10	Inclusão dos itens 14.5.2.7 e 14.5.2.8 como possibilidade de subcontratação

* Número de identificação da resposta no Relatório de Consulta e Audiência Públicas

ANEXO 3 - RESUMO DO TRATAMENTO DADO AOS ANEXOS DA MINUTA DE CONTRATO

ANEXO	NUMERAÇÃO ANTERIOR	NOVA NUMERAÇÃO	TRATAMENTO
PIP	I	-	Excluído
Projeto Geométrico	-	I	Incluído. Parcialmente vinculante.
Concepção das Estações	-	II	Incluído. Parcialmente vinculante.
Sistemas	III	III	Revisado. Parcialmente vinculante.
Material Rodante	IV	IV	Revisado. Parcialmente vinculante.
Via Permanente	V	V	Revisado. Parcialmente vinculante.
Ligações 600/900	VI	VI	Revisado. Parcialmente vinculante.
SBE	VII	VII	Revisado. Parcialmente vinculante.
Diretrizes de Operação	VIII	VIII	Revisado. Parcialmente vinculante.
Diretrizes de Manutenção	IX	IX	Revisado. Parcialmente vinculante.
Opex	X	X	Revisado. Referencial.
Certificadora	XI	XI	Revisado. Vinculante.
Plano de Contingência	XII	XII	Revisado. Parcialmente vinculante.
Central de Atendimento	XIII	XIII	Revisado. Parcialmente vinculante.
Sanções	XIV	XIV	Revisado. Vinculante.
Descrição Bens Públicos	XV	XV	Revisado. Vinculante.
Estudo de Demanda	XVI	XVI	Revisado. Parcialmente vinculante.
QID	XVII	XVII	Revisado. Vinculante.
Termo TCDF	XVIII	XVIII	Inalterado. Vinculante
Nomeação Agente Pagamento	XIX	XIX	Inalterado. Referencial
SPE	XX	XX	Revisado. Referencial.
Marcos	XXI	XXI	Inalterado. Vinculante
Termo Referência Ambiental	II	XXII	Inalterado.Vinculante.



de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **JANUARIO ELCIO LOURENCO - Matr.0268705-4, Membro da Comissão Técnica**, em 31/10/2020, às 19:27, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO TIMOTEO ANTUNES - Matr.0275506-8, Membro da Comissão Técnica**, em 02/11/2020, às 16:17, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARIA ESPÓSITO NETO - Matr.0275146-1, Membro da Comissão Técnica**, em 03/11/2020, às 10:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA PINHEIRO DE MELO - Matr.0276159-9, Membro da Comissão Técnica**, em 03/11/2020, às 11:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **HENRIQUE OLIVEIRA MENDES - Matr.0275262-X, Coordenador(a) da Comissão Técnica**, em 03/11/2020, às 15:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JORGE RODRIGUES - Matr.0003207-7, Membro da Comissão Técnica**, em 04/11/2020, às 07:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **49872012** código CRC= **F44AC891**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Anexo do Palácio do Buriti 15º andar - CEP 70075-900 -